

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1639 | 26 A 31 DE OUTUBRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/85991295101)

BANCOS PRIVADOS JÁ DEMITIRAM MAIS DE 12 MIL TRABALHADORES EM PLENA PANDEMIA



Sindicatos realizam campanha contra demissões: #QuemLucraNãoDemite (pág. 3)

Inscrições abertas para preparatório à
CPA-10 (pág. 4)

Sindicato renova convênio com
SESC/SENAC. Aproveite mais essa
parceria (pág. 8)

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS AINDA NÃO ACABOU!

Esta semana, nós temos um alerta importante a fazer à categoria bancária e à toda a sociedade: a pandemia do novo coronavírus ainda não acabou. A Região de Saúde de Fortaleza, que inclui Fortaleza e outros 43 municípios, registrou aumento de 72% no número de novos casos confirmados de Covid-19, em um intervalo de sete dias, conforme boletim da Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) divulgado dia 22/10. Foram 743 confirmações entre 10 e 17/10, uma média de 106 por dia. O número de óbitos também cresceu: foram oito mortes registradas na última semana, 33,3% a mais em comparação à semana anterior.

O governo do Ceará, inclusive, retrocedeu em algumas medidas do plano de reabertura da economia e proibiu a realização de eventos em ambientes fechados na macrorregião de Saúde de Fortaleza. O controle das aglomerações é a justificativa do comitê que delibera sobre os decretos do governo estadual, já que multidões têm sido observadas em várias partes do Ceará, em praias, festas e eventos que desrespeitam as medidas do governo.

Com a alta nos números, até os hospitais particulares estão em estado de alerta. Tem alguns que, por exemplo, suspenderam novas cirurgias eletivas não essenciais, pois a procura nas suas áreas de emergência se intensificou nos últimos dias.

Por sua vez, os bancos privados também entraram nessa onda de que a pandemia já se foi. O primeiro passo foi voltar as demissões, mesmo com acordo de que não demitiriam durante a pandemia. Só este ano já foram mais de 12 mil trabalhadores demitidos.

Em outros cenários, como nos bancos públicos, os trabalhadores que estavam em home office por serem de grupos de risco ou por estarem coabitando com alguém de grupo de risco, estão sendo “convidados” a retornarem ao trabalho presencial.

As cobranças de metas nos bancos públicos e privados também estão voltando, as medidas de proteção e desinfecção em algumas agências também já estão sendo flexibilizadas. Parece até que a doença se “normatizou”.

A representação dos bancários, em nível local e nacional, vem cobrando dos bancos a suspensão das demissões e o cumprimento rigoroso de todos os protocolos de segurança acordados no início da pandemia em reuniões do Comitê de Crise.

Talvez as pessoas estejam confundindo as situações. O fato de estar acontecendo uma reabertura gradual da economia não significa que o vírus foi embora. Todo o cuidado que tínhamos no início do surgimento da doença devem ser mantidos e todos os direitos conquistados pelos trabalhadores em mesa de negociação devem ser respeitados. Vamos continuar enfatizando isso para os bancos, fazendo a nossa parte para conter o vírus e proteger vidas. Estamos sempre #NaLutaComVocê.



José Eduardo Rodrigues Marinho
Presidente em exercício
do Sindicato dos Bancários
do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

BANCOS DEMITIRAM MAIS DE 12 MIL PESSOAS ESTE ANO



Os bancos já demitiram mais de 12 mil trabalhadores este ano, em cumprimento ao acordo firmado em março com o movimento sindical bancário, de quem não haveria demissões durante a pandemia. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia, foram 12.794 demissões, contra 11.405 contratações, em um saldo negativo de 1.389 postos de trabalho fechados. No levantamento do Caged para os meses de junho, julho e agosto fica claro que aumentou o ritmo das demissões na categoria. Em junho, foram registradas 1.363 demissões, número que sobe para 1.634 em julho e atinge 1.841 em agosto.

O aumento dos desligados motivou a Contraf-CUT e o movimento sindical bancário em todo o país a fazerem uma campanha contra as demissões. A campanha visa denunciar a quebra do compromisso assumido pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), feito em mesa de negociação com o Comando Nacional Bancário, de não realizar demissões durante a pandemia. O compromisso foi assumido durante a mesa de negociações no primeiro semestre, logo no início da pandemia no Brasil.

PANDEMIA NÃO ACABOU – “Cobramos

o fornecimento de equipamento e também a suspensão das demissões, porque mais importante era garantir o emprego. O desemprego já estava alto. Cobramos e os grandes bancos se comprometeram. Eles falaram que era um compromisso de mesa e que não queriam se comprometer com data. Mas, o acordo era de não demitir na pandemia. A pandemia não acabou e o compromisso está colocado”, relatou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandira Moreira, coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

O primeiro banco a puxar a fila das demissões foi o Santander, que não esperou muito e começou a demitir ainda no primeiro semestre. O Itaú passou a demitir funcionários já no segundo semestre, o mesmo acontecendo com o Banco Mercantil do Brasil. A mais recente adesão à lista dos descumpridores do acordo foi a do Bradesco, que combinou uma campanha publicitária para alardear que estava se preparando para o futuro, mas adotou um ritmo de demissões que tem se acelerado nas últimas semanas.

Desde o início do mês estão sendo realizadas manifestações de protestos em frente a agências bancárias, tuitaços para denunciar à população a quebra de compromisso dos bancos e outras ações nas redes sociais.

COE Bradesco debate estratégia contra as emissões

A COE do Bradesco se reuniu por videoconferência, dia 22/10, para discutir as demissões dos funcionários do banco por todo o Brasil. Depois do relato dos representantes de todas as federações de bancários do país, a COE calcula que – no mínimo 1.224 trabalhadores foram demitidos desde o dia 28 de setembro. As demissões, muitas vezes por telefone, incluem trabalhadores doentes, hospitalizados e até mesmo, grávidas.

A decisão dos dirigentes foi pela adesão à campanha nacional contra as demissões, coordenada pela Contraf-CUT para combater os desligamentos nos bancos privados. A campanha visa denunciar a quebra do compromisso assumido pela Fenaban de não demitir durante a pandemia.

DEMISSÕES EM MASSA – O momento é de união. Nosso papel é de defender o emprego e os direitos não só dos bancários do Bradesco, mas de toda a categoria. Essa é a hora de resgatarmos a união que tivemos em tantas batalhas, inclusive na Campanha Nacional 2020, que foi histórica, por ser feita durante uma pandemia sanitária. Participe das atividades realizadas pelo Sindicato e ajude a denunciar os bancos que tiveram grandes lucros este ano e não cumprem o acordo com os bancários de não demitir durante a pandemia.

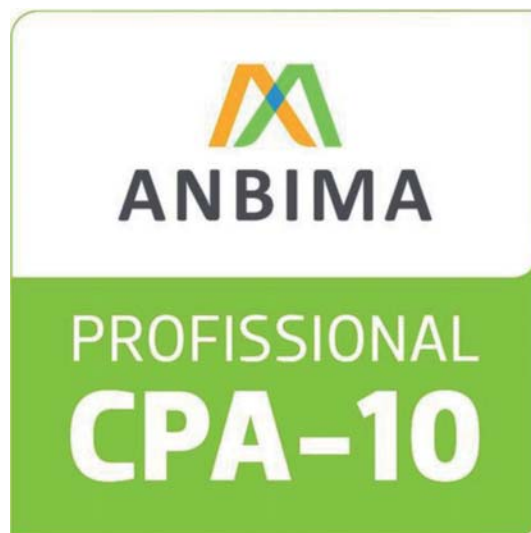
INSCRIÇÕES ABERTAS PARA CURSO PREPARATÓRIO À CERTIFICAÇÃO CPA-10

O Sindicato dos Bancários do Ceará, em parceria com o professor João Henrique Lemos, está com inscrições abertas para o curso preparatório ao exame CPA-10 (certificação profissional Anbima – Série 10), voltado exclusivamente para bancários sindicalizados.

A CPA-10 certifica profissionais que atuam na prospecção e venda de produtos de investimento diretamente ao público, em agências bancárias ou plataformas de atendimento.

O curso terá aulas totalmente online (síncronas, com gravação) e está previsto para acontecer no período de 9 a 20/11. Serão dez encontros com os seguintes horários: de segunda a sexta (das 19h às 22h) e aos sábados (das 8h30 às 12h e das 13h às 16h30).

O aluno receberá 100% do con-



teúdo programático exigido pela Anbima; cópia de todos os slides utilizados durante o curso; exercícios e simulados com aproximadamente 300 questões resolvidas e comentadas em sala de

aula. As gravações das aulas serão disponibilizadas por quatro meses. O investimento será de R\$ 250,00, podendo ser parcelado em até 12x no cartão.

O conteúdo programático inclui Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado; ética, regulamentação e análise do perfil do investidor; noções e economia e finanças; princípios de investimento; fundos de investimento; instrumento de Renda Variável e Renda Fixa e Previdência Complementar Aberta: PGBL e VGBL.

Os interessados devem fazer a inscrição através da Secretaria de Formação, pelo telefone: 85 3252 4266 (falar com Janteny) ou diretamente com o professor João Henrique Lemos (85 99925 9380/ www.joaohenriquelemos.com).

BNB: Sindicato conscientiza sobre a importância do Outubro Rosa

O Sindicato dos Bancários do Ceará apoia e participa da Campanha Outubro Rosa e vem visitando as agências pelo Estado conscientizando a categoria sobre a importância da campanha para a prevenção e combate do câncer de mama.

Na última semana, a diretora e funcionária do BNB, Carmen Araújo, visitou a agência Bezerra de Menezes e o ambiente de Gestão de Pessoas, na sede administrativa do Banco, em Fortaleza, e falou sobre a importância da campanha.



GRUPOS DE RISCO PODERÃO VOLTAR AO TRABALHO NO BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil emitiu um comunicado aos seus funcionários, dia 19/10, abrindo a possibilidade de retorno ao trabalho presencial daqueles que se declaram como pertencentes a algum grupo de risco para a Covid-19.

Em seu comunicado, o banco diz que “considerando a situação de declínio das contaminações do novo coronavírus no País, aqueles funcionários que se autodeclaram pertencentes ao Grupo de Risco e que, voluntariamente desejarem voltar ao trabalho presencial, cuja condição não faça parte do rol definido pela Portaria Conjunta nº20, de 18/06/2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e Ministério da Saúde, poderão solicitar uma avaliação documental para a equipe de saúde ocupacional da Gepes/Sesmt”.

O banco adianta que “neste momento, não terão o retorno ao trabalho presencial autorizado: funcionários acima de 60 anos, com diabetes de qualquer tipo, com obesidade grau 3 (IMC igual ou maior que 40), portadores de doenças crônicas graves e/ou gestantes”.

“Não avaliamos que este é o momento para o retorno ao trabalho de pessoas dos grupos de risco. Já vimos em outros países e mesmo aqui no Brasil que a retomada intempestiva



das atividades pode provocar uma nova onda de contaminações e mortes”, afirmou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. O coordenador da CEBB lembrou, ainda, que o direito ao afastamento de funcionários que se autodeclarassem como sendo de algum grupo de risco foi uma conquista dos sindicatos no início da pandemia no país.

O banco informou, ainda, que o funcionário que tiver interesse em retomar o trabalho presencial deve enviar seu pedido, por e-mail, ao departamento de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt) de sua

jurisdição. O médico do Sesmt analisará o pedido e poderá solicitar parecer do médico assistente liberando para o trabalho presencial, outros laudos médicos e prescrições pertinentes ao caso. Segundo o banco, toda a documentação será avaliada utilizando como base as recomendações da OMS e de sociedade médicas de infectologia no Brasil e no Exterior.

As entidades representativas dos funcionários querem que o banco garanta que não haja pressão por parte de gestores para o retorno ao trabalho destas pessoas. A decisão precisa ser voluntária. O Sindicato orienta que, em caso de pressão, o funcionário deve procurar a entidade imediatamente.

ASSOCIADOS PREVI LANÇAM ENQUETE PARA CONHECER MELHOR ANSEIOS DOS ASSOCIADOS

Os Associados Previ estão lançando no site, no Whatsapp e nas suas páginas no Facebook e no Instagram uma enquete nacional com os associados para detectar quais as suas principais dúvidas e assuntos de interesse relativos à Previ e seus planos de benefícios e sobre previdência pública e complementar em geral. Com base nessas respostas, serão definidos os temas a serem abordados nas próximas matérias a serem publicadas.

Com a enquete, os Associados Previ pretendem conhecer melhor os temas de interesse dos associados, para ampliar a transparência e o diálogo com os verdadeiros donos da Previ. Acesse o link <https://bit.ly/3kpucTj> e assinale os temas de seu interesse ou sugira outros temas que julgue importantes.

FUNCEF: FUNDO DE FOMENTO PODE TRAZER ALTERAÇÕES PARA TODOS OS PLANOS DE BENEFÍCIO

Não é mais segredo que a Caixa e a Funcef planejam o lançamento de um novo plano de benefícios para seus participantes. Em junho de 2020, a Fundação registrou a criação do chamado Fundo de Fomento que serve para a criação do plano na modalidade contribuição definida (CD), como estabelece a CGPAR 25.

A CGPAR 25 não atinge apenas os participantes do Não Saldado. O raio de atuação da Resolução 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) abrange todos os participantes e abre caminho para a transferência de gerenciamento dos planos da Funcef para outros fundos, inclusive abertos como de bancos privados.

Fundo de Fomento

pode trazer alterações para todos os planos

FENAE APCEF



O plano de Contribuição Definida (CD) é o pior dos cenários possíveis. Isso porque não garante benefício vitalício e manutenção de padrão de vida durante o período pós-trabalho. O valor da contribuição é acertado pelo participante e pelo patrocinador no ato da contratação e portanto, o montante que será

recebido, com base no saldo de conta acumulado do participante, varia em função desta quantia, do tempo de contribuição e da rentabilidade e têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante. Todo tratamento dado pelo plano é individual, mesmo após a aposentadoria.

O projeto está cada vez mais perto e o perigo é real para todos os planos da Funcef e para o Estatuto.

Um dos países mais ricos da América Latina, o Chile passou por mudanças profundas no sistema de previdência e hoje, os chilenos sentem o impacto do esgotamento do saldo de suas reservas no final da vida. O projeto está cada vez mais perto e o perigo é real para todos os planos da Funcef e para o Estatuto.

EDIÇÃO VIRTUAL DO PROGRAMA PATERNIDADE RESPONSÁVEL ACONTECEU DIA 17/10

A segunda edição do Programa Paternidade Responsável aconteceu no dia 17/10, realizada de forma totalmente virtual, através de videoconferência, utilizando o aplicativo Zoom, por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O Sindicato decidiu atender à demanda e retomar as edições do Programa, de forma responsável e segura para todos, e adaptou a programação do curso para a plataforma on line. A próxima edição está, inicialmente, programada para o próximo dia 21 de novembro (terceiro sábado do mês).

A carga horária é de seis horas, com dois ciclos de três horas e intervalo (das 9h às 12h e das 14h às 17h), com o facilitador, psicólogo e terapeuta familiar Ben-Hur Oliveira. O aluno deve, preferencialmente, utilizar um computador para acessar as aulas. O bancário também assinará um termo de compromisso de participação na aula.

Os interessados devem inscrever-se através do e-mail bancariosce@bancariosce.org.br, informando nome, lotação, número para contato/whatsapp, para que possa receber o link da reunião. Se preferir, pode fazer sua inscrição pelo telefone 85 3252 4266, no horário de 9h às 15h.



ENTREVISTA: CAIXA, MAIS DO QUE NUNCA O VALIOSO, E AMEAÇADO, BANCO DOS BRASILEIROS

Novamente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a privatização da Caixa – desta vez, com a abertura de capital (IPO) do braço digital do banco “nos próximos seis meses”. No mesmo período, a instituição aprovou a criação de subsidiária da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), segundo explica nessa entrevista a representante dos trabalhadores do banco no Conselho de Administração, Rita Serrano. Pesquisas realizadas pela própria Caixa, pela revista Exame/Instituto Ideia e pela BrandZ (melhores marcas) reafirmam a importância do banco público para a sociedade brasileira, a discordância da sociedade com sua privatização e associam à marca um sinônimo de acesso democrático ao sistema financeiro. Confira a entrevista divulgada pela Fenae:

Por que a abertura de IPO de um braço digital da Caixa indica nova tentativa de privatização?

Rita Serrano – Com o pagamento do auxílio emergencial, do saque do FGTS, entre outros, a Caixa deverá atingir a marca de 100 milhões de contas digitais. Algo que foi feito de forma abrupta, mas revelou o esforço e expertise dos empregados da Caixa. Com isso ela se tornou um dos maiores bancos digitais do mundo. Ainda mais valiosa e fundamental para os brasileiros. Mas o ministro prefere abrir o capital, fazer o IPO, criar subsidiárias e, assim privatizar por segmentos, até que a Caixa deixe de ser o que é: um banco público rentável, competitivo e a serviço dos brasileiros. A criação de subsidiárias é uma forma de burlar a lei que impede a privatização do banco sem aprovação do Congresso Nacional, e está acontecendo também em outras empresas públicas. Seria o caminho para seu fim.

Houve nova mudança no estatuto da Caixa. O risco de a empresa se tornar S.A. se mantém?

Rita Serrano – Mais uma vez conseguimos nos distanciar deste risco. Obviamente votei contra essa tentativa todas as vezes em que foi colocada, e isso representa uma luta que vem de longe, desde quando iniciamos, no Congresso Nacional, o combate ao projeto de lei 555, o chamado Estatuto das Estatais. No entanto, no âmbito do CA, como representante dos empregados, também propus recentemente que se retirasse do estatuto questões trabalhistas como o Saúde Caixa e a PLR que, entendo, devem ser discutidas em outros fóruns; sua manutenção indica cerceamento da



“Ser considerado o banco para todos os perfis e rendas mostra o acesso democrático que só um banco público pode proporcionar (...) Com a pandemia, então, isso fica muito mais evidente. Como é evidente a necessidade para o Brasil da manutenção e ampliação desse papel desempenhado pelo Caixa”

garantia de livre negociação. Mas infelizmente, novamente fui voto vencido.

A pandemia tem mostrado a importância de empresas e serviços públicos para as sociedades. A Caixa é claro exemplo, com milhões passando por ela para poder receber auxílio e milhares de empregados se desdobrando para o atendimento. A população tem essa percepção?

Rita Serrano – Eu acredito que sim. É preciso lembrar que a Caixa sempre foi um banco bem lembrado pelos brasileiros. No Senado, por conta da MP 995, que permite privatizar o banco com a criação de subsidiárias, a realização de enquete no portal do Senado na internet mostrou grande rejeição à privatização. A visão da maior parte dos que são ouvidos sobre o tema é de que esta medida provisória desrespeita não apenas a Constituição Federal, mas também o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF).

E nesses tempos de pandemia, o que esses resultados têm a dizer?

Rita Serrano – Ser considerado o banco para todos os perfis e rendas mostra o acesso democrático que só um banco público pode proporcionar, e isso antes mesmo da criação das contas digitais. Com a pandemia, então, isso fica muito, muito mais evidente. Como é evidente a necessidade para o Brasil da manutenção e ampliação desse papel desempenhado pelo Caixa de principal gestora dos programas sociais e dos investimentos em desenvolvimento. Um patrimônio valioso, ativo, e que não pode passar para as mãos de bancos ou empresas privadas. A Caixa é de todos nós, brasileiros, e defendê-la também deve ser uma missão para todos.

BANCÁRIO(A), APROVEITE NOSSA PARCERIA COM O SESC/SENAC

O Sindicato dos Bancários do Ceará renovou parceria com o SESC/SENAC possibilitando aos bancários sindicalizados e seus dependentes terem acesso a todos os serviços disponibilizados pelas duas entidades, tais como lazer, educação, esporte, saúde, cultura e assistência médica/odontológica.

COMO SE ASSOCIAR AO SESC – Para ter acesso aos benefícios do SESC e SENAC, é necessário emitir uma carteira de associado. Os bancários sindicalizados deverão providenciar: ficha de matrícula preenchida (acesse a ficha no link: <https://bit.ly/34o02ub>), RG, CPF, comprovante de residência, foto 3x4 (tirar a foto no app “Foto 3x4 Para Documento”) além de realizar o pagamento de uma taxa no valor de R\$ 32,00 (através de depósito na conta do Sindicato). Depois disso, digitalizar os documentos, comprovante de depósito da taxa e a foto, enviar para o email: bancariosce@bancariosce.org.br, aos cuidados do funcionário Janteny. Quando a carteira estiver pronta, o diretor responsável fará a entrega ao bancário.

PARA OS DEPENDENTES – No caso dos dependentes, o titular deverá procurar diretamente no Setor de Relação com Clientes do SESC nos seguintes endereços: Rua Clarindo de Queiroz, 1740 ou Rua 24 de Maio, 692, das 8h às 20h. Mais informações: www.sesc-ce.com.br. Para a carteira dos dependentes, são necessários os seguintes documentos originais: estar de posse da carteira do SESC do titular. Para Cônjuge: RG, CPF, certidão de casamento/declaração de união estável. Para filhos: RG e CPF. Filhos de 21 a 24 anos: RG, CPF, declaração que está matriculado em curso regular. Para os dependentes, a foto será tirada pelo SESC, na hora da solicitação da carteira.

Informações e dúvidas: 85 3252 4266 (falar com Janteny) // 85 9155 5881 (Eugênio Silva – diretor).



A TAXA DEVERÁ SER PAGA ATRAVÉS DE DEPÓSITO NAS SEGUINTESS CONTAS:

BANCO DO BRASIL:

AG. 1369-2 / C/C 61.070-4

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL:

AG. 0016-8 / C/C 61.053-4

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PESSOA ANTA):

AG 0578 / C/C 666-0 OP 003

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AUTRAN NUNES):

AG 2015 / C/C 523-3 OP 003

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DO CEARÁ: CNPJ 07.340.953/0001-48

Vacina da China

Bolsonaro afirmou, em sua página no Facebook dia 20/10, que o Brasil não irá comprar “a vacina da China”. A afirmação foi feita em resposta a uma seguidora na rede social que pediu a exoneração do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. No mesmo dia, mais cedo, o Ministério da Saúde havia anunciado a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac, vacina desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac. A empresa tem um acordo com o governo de São Paulo para fornecimento da vacina pronta e, também, para a transferência da tecnologia de produção para o Instituto Butantan. Bolsonaro teria se irritado com anúncio de Pazuello e teria desautorizado o ministro.

Sem Testes no Pinto Martins

O governador do Ceará, Camilo Santana, informou, dia 19/10, que a Anvisa negou o pedido de realização de testes nos passageiros que chegam ao Ceará pelo aeroporto de Fortaleza, em voos internacionais. Segundo Camilo, após a negativa, foi enviado ofício ao ministro das Relações Exteriores solicitando que os visitantes façam o exame antes de embarcarem para o estado, nos países de origem. Camilo Santana disse que as mesmas exigências pedidas aos brasileiros para entrada em países do exterior devem ser aplicadas aos passageiros vindos da Europa e de outras partes do mundo.

Combate a incêndios prejudicado

Dia 21/10, o Ibama determinou que as brigadas de incêndio interrompam suas atividades a partir desta data. A determinação veio por meio de um ofício, no qual o órgão alegava “indisponibilidade de recursos para fechar o mês de outubro”. A decisão é tomada em meio aos altos índices de queimadas sofridos na região do Pantanal e na Floresta Amazônica, ameaçando fauna e flora. Os principais fatores colocados como culpados são o clima seco, o aumento do agronegócio, e as queimadas ilegais. Segundo o Inpe, somente em setembro, 14% do bioma foram desmatados por conta das queimadas.